

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

## **Educação profissional e politecnia: um estudo a partir da legislação educacional no Brasil**

Fernanda Ferreira Boschini<sup>1</sup>, Glaucia Borges Ferraz<sup>2</sup>; Sueli Soares dos Santos Batista<sup>3</sup>.

**Resumo** – O ensino profissional tem sido regulamentado para suprir as necessidades dos diversos ramos da economia, sendo concebido comumente para estar subordinado aos processos produtivos e às regras de mercado. No entanto, a partir dos anos 80, com o desenvolvimento do conceito de politecnia esta concepção tem sido problematizada, tendo impactos importantes na legislação educacional. O que se propôs neste estudo bibliográfico e documental sobre a legislação da Educação Profissional desde o início do século XX foi buscar caracterizar a História da Educação Profissional no Brasil e compreender o surgimento e a importância do conceito de Educação Politécnica nela inserido.

**Palavras-chave:** Educação Politécnica, História da Educação Profissional, Politecnia.

**Abstract** – Professional education has been regulated to meet the needs of the various branches of the economy, being designed commonly to be subordinate to production processes and market rules. However, since the 80s, with the development of the concept of polytechnic this design has been problematized with major impacts on the educational legislation. What is proposed in this bibliographical and documentary study on the law of Professional Education from the early twentieth century, was seeking to characterize the History of Professional Education in Brazil and understand the emergence and importance of the concept of Polytechnic Education inserted in it

**Keywords:** Polytechnic Education, History of Professional Education, Polytechnic.

### **1. Introdução**

---

<sup>1</sup> Programa de Mestrado Profissional (CEETEPS)-fernandahomemdemello@gmail.com

<sup>2</sup> Programa de Mestrado Profissional (CEETEPS)-glaciabferraz@hotmail.com

<sup>3</sup> Programa de Mestrado Profissional (CEETEPS)-suelissbatista@uol.com.br

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

A partir da década de 1990, a Educação Profissional passou por um processo de expansão como nunca antes havia acontecido no Brasil. Houve, a partir de então, uma considerável valorização desta modalidade de ensino perante a sociedade. Mas para entender como chegamos a este ponto, é necessário conhecer a trajetória da História da Educação Profissional no Brasil.

A Educação Profissional no Brasil surgiu no final do século XIX, porém foi a partir do início do século XX que foi regulamentada, a partir de decretos e reformas que, ao longo deste século foram caracterizando e moldando esta modalidade de ensino de acordo com os interesses sociais, políticos e econômicos de cada época. E é através da legislação que pretendemos estudar os movimentos da educação profissional brasileira.

A partir do final do século XX e início dos anos 2000, passou a ser enfatizado entre inúmeros estudiosos de Educação Profissional o conceito de Educação Politécnica. Estes estudiosos perceberam que o modelo dualista implantado no país para a Educação Profissional no início do século não estava mais atendendo as demandas da sociedade. Historicamente concebida para a formação de trabalhadores em oposição à formação propedêutica oferecida pelo ensino secundário, a educação profissional é marcada por um dualismo estrutural numa sociedade marcada pela desigualdade (SALES, OLIVEIRA, 2011).

O embate entre capacitação técnica *versus* formação humanística continua atual nos estudos e debates sobre educação profissional. Segundo Saviani (1989), a noção de politecnia se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral.

O que se propõe neste artigo é uma revisão bibliográfica sobre a legislação da Educação Profissional desde o início do século XX, buscando caracterizar a História da Educação Profissional no Brasil e o surgimento do conceito de Educação Politécnica nela inserido.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1 A História da Educação Profissional no Brasil e a concepção dualista.**

A história da Educação Profissional no país começou a ser incentivada de maneira mais sistemática no final do século XIX em decorrência do processo de urbanização e de expansão das estradas de ferro. Os cursos ferroviários, já concebidos numa perspectiva de racionalização do trabalho, foram viabilizados pelas companhias férreas em diálogo com as escolas públicas de educação profissional surgidas em São Paulo a partir de 1911 (BATISTA, 2011).

Em nível federal, a partir da primeira década do século XX, estabeleceu-se por meio do Decreto Nº 7.566/1909, as Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados, para a regulamentação do ensino profissional, primário e gratuito.

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

Neste modelo, a escola tinha como objetivo instruir uma profissão, além de disciplinar as crianças e adolescentes oriundos de classes sociais menos favorecidas, para que estes se ocupassem e fossem afastados das ruas e da criminalidade. Jovens e adultos, com o passar dos anos, também foram incorporados pela educação profissional, cujo objetivo principal era a qualificação para o mercado de trabalho. Para alguns autores, como Sales e Oliveira (2011), este sistema formava, por um lado, intelectuais (ensino secundário) e, por outro, trabalhadores (cursos profissionais), estabelecendo-se a denominada “dualidade” na educação.

Na década de 40, com a criação da rede de escolas técnicas, industriais e agrícolas, a estrutura dualista de educação se evidencia pela diferenciação de currículos escolares específicos para o ensino técnico, cujo objetivo era somente preparar para o mercado de trabalho, e para o ensino secundário, propedêutico, que visava o conhecimento das ciências, das letras e das humanidades e preparava os jovens para a academia, favorecendo o acesso às universidades. O dualismo se legitima a partir da década de 1940, período em que a educação começa a ser organizada por leis orgânicas. Esse fato fica evidente nas palavras de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012):

A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, promulgada durante o Estado Novo, na gestão do ministro Gustavo Capanema, acentuava a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático. Juntamente com esta, havia o conjunto de leis orgânicas que regulamentavam o ensino profissional nos diversos ramos da economia, bem como o ensino normal. Se havia organicidade no âmbito de cada um desses segmentos, a relação entre eles ainda não existia, mantendo-se duas estruturas educacionais paralelas e independentes. (p. 32)

Percebe-se que o ensino profissional, teoricamente regulamentado para suprir as necessidades dos diversos ramos da economia, é pensado para estar subordinado aos processos produtivos e às regras de mercado e assim conseqüentemente ao sistema capitalista.

Nos anos de 1950, a partir das Leis de Equivalência, buscou-se estabelecer a igualdade entre os ensinos secundário e técnico. Somente após a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961), a equivalência se tornou plena, garantindo ao estudante de ensino técnico o direito de disputar uma vaga no ensino superior. Nesse sentido, Costa (2012) destaca que:

A lógica do sistema capitalista é fortemente marcada, pois, ao mesmo tempo em que possibilita o acesso dos egressos dos cursos profissionalizantes ao nível superior, limita-o por meio de currículos desprovidos dos conhecimentos e saberes necessários para o ingresso a este nível de ensino. Percebemos que a matriz ideológica de tais cursos se estruturava, fundamentalmente, na possibilidade de acesso ao trabalho assalariado, e, portanto, não se considerava necessário à organização de um currículo que valorizasse os saberes não profissionalizantes. (p. 43)

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

Na década de 1970, foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a lei nº 5.692/71. Essa lei estabelecia que os cursos denominados no nível de 2º grau deveriam obrigatoriamente se destinar a uma habilitação profissional plena ou parcial (à escolha do aluno), visando a superação do dualismo nesse nível de ensino. Essa obrigatoriedade causou bastante resistência de alunos e pais que priorizavam uma educação propedêutica e de empresários do ramo educacional. A Lei Federal nº 7.044/82 suspendeu a obrigatoriedade de profissionalização no 2º grau, favorecendo ainda mais a intensificação do dualismo.

A partir da criação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9394/96, o ensino de 2º grau passou a ser denominado Ensino Médio e a fazer parte da Educação Básica. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio foi incluída nessa nova LDB, porém sendo tratada de forma paralela.

Em 1997, foi promulgado o Decreto nº 2.208/97 que estabelecia a oferta de cursos técnicos com currículo próprio e independente do currículo do ensino médio, nas modalidades concomitante ou subsequente, e foi implantado, também, o Programa de Reforma da Educação Profissional que, juntos, apresentavam uma organização curricular produtivista.

A separação da Educação Básica da Educação Profissional permaneceu inalterada até o início dos anos 2000, quando ocorreu a promulgação do Decreto nº 5.154/04, possibilitando a integração entre a educação profissional e o ensino médio, com o objetivo de favorecer a formação humana, científica e tecnológica, em substituição ao Decreto nº 2.208/97. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) asseveram que:

O ensino médio integrado ao ensino técnico, conquanto seja uma condição social e historicamente necessária para a construção do ensino médio unitário e politécnico, não se confunde totalmente com ele porque a conjuntura do real assim não o permite. O ensino médio integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino -, mas que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa. (p. 44)

A proposta do ensino médio integrado nos remete diretamente ao conceito de educação politécnica, este contrário ao sistema dualista instaurado na Educação Profissional no Brasil no século XX.

**2.2 Sobre o conceito de Educação Politécnica**

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

O conceito de Educação Politécnica como importante para a teoria e a prática da formação profissional foi desenvolvido por Demerval Saviani na década de 80, e basicamente deriva do conceito marxista de Politecnicidade e dos fundamentos que Antonio Gramsci formulou na concepção do trabalho como princípio educativo (GUIMARÃES, 2016). Segundo alguns autores, como Dias e Lima Filho (2004), esta discussão sobre Educação Politécnica foi muito importante para a concepção da nova LDB, em 1996.

Saviani (2003) chama a atenção a respeito do conceito de “Politecnicidade” e alerta que esse conceito não deve ser entendido a partir de seu significado literal - multiplicidade de técnicas. O autor compreende o seguinte:

Politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, sua essência. (2003, p.140)

As demandas de mercado e as constantes inovações tecnológicas imprimem ao processo educacional a relevância da capacidade técnica, necessária para a adequação aos processos produtivos mais complexos. (COUTINHO, 2011). O conceito de Educação Politécnica está diretamente ligado a uma mudança nesta concepção ao se pensar em uma educação integrada e omnilateral (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012):

[...] Entenda-se, entretanto que a educação politécnica não é aquela que só é possível em outra realidade, mas uma concepção de educação que busca, a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, superar a proposta burguesa de educação que potencialize a transformação estrutural da realidade. [...] (p.44):

A partir destas considerações, entende-se a Educação Politécnica como um meio de transformação da sociedade e da diminuição das desigualdades.

O Documento Base (SETEC/MEC 2007), criado para articular o ensino médio à Educação Profissional, contribui para pensar tais questões a partir da indissociabilidade entre quatro categorias para a formação humana: o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia. O Documento prevê uma formação “*omnilateral e politécnica*” por meio de uma boa formação básica para os estudantes, com a perspectiva da construção de uma sociedade mais justa. O documento defende a construção de um projeto unitário de ensino médio, articulando organicamente a

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

formação geral e as formações específicas, sinalizando também para a superação da histórica dualidade estrutural presente na formação dos jovens brasileiros.

### 3. Método

O método utilizado para a elaboração deste artigo foi a Revisão Bibliográfica e Documental, procurando entender a aplicação do conceito de Educação Politécnica dentro da História da Educação Profissional no Brasil, através da legislação educacional no país. Para os limites deste artigo, o estudo documental se deteve de maneira mais pontual no *Documento Base: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio* de 2007, sendo os demais documentos citados objeto de análise dos autores que compõem a revisão bibliográfica.

### 4. Resultados e Discussão

Após as definições sobre Educação Politécnica, podemos perceber, ao analisar a legislação educacional brasileira durante todo o século XX, que as reformas, decretos e leis seguiram a linha produtivista e privatista. Apesar dos intensos debates que envolveram educadores, formadores, dirigentes e consultores de sindicatos, além de ONG's e de instituições empresariais, em 1997, foi promulgado o Decreto nº 2.208, com uma intenção contrária a que vinha sendo discutida nos debates educacionais. Ao realizar esta pesquisa bibliográfica, verificamos que a discussão sobre Educação Politécnica vem ao encontro de uma perspectiva emancipatória da formação profissional.

Em 2004, com o Decreto nº 5.154/04 retoma-se na educação do país o formato politécnico, em que o indivíduo que cursa o ensino técnico integrado ao médio tem a oportunidade tanto de prosseguir seus estudos em nível superior quanto trabalhar na área de sua formação técnica. O importante é que o estudante tenha uma formação plena nas áreas cultural, política, social e emocional, além de estar capacitado para desempenhar o seu trabalho. Segundo análise de Delgado (2015):

Uma educação profissional e tecnológica que desdenha da produção material da existência, cuja função é suprir as necessidades humanas – mesmo estando submetida à lógica do capitalismo – incorre o risco de não cumprir sua função social, causando dano irreversível à formação de seus alunos. (p. 118)

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.****5. Considerações finais**

Podemos perceber que o conceito de Educação Politécnica é provém de um conceito marxista, quase sempre negligenciado pela legislação educacional brasileira em grande parte do século passado que manteve intocada a concepção dualista. Mesmo com a promulgação da Nova LDB em 1996, verificamos que foram deixadas de lado muitas das aspirações dos principais autores em Educação no Brasil, sobre a necessidade da superação deste modelo.

Ainda assim, entendemos que houve uma mudança gradativa na legislação brasileira, e com a promulgação do Decreto nº 5.154/2004, que instituiu a volta do Ensino Médio integrado ao técnico. Assim, a concepção de Educação Politécnica pode ser problematizada com mais facilidade na Educação Profissional, além de embasar mais estudos na área. Percebemos também que, após o retorno do ensino médio integrado, foram publicadas mais pesquisas que agregam o tema da Educação Politécnica como argumento principal, gerando uma importante perspectiva futura para a diminuição da dualidade estrutural enraizada na história da educação profissional brasileira.

Se por um lado a formação humanística e propedêutica não é restrita à teoria e à especulação científica, a formação profissional também não é restrita à instrumentalização dos saberes e dos fazeres técnicos. Assim, o que se verifica na legislação educacional pós anos 1980, articulada com o conceito de politecnia, é a defesa de uma formação profissional que abranja as funções científica, humanística, tecnológica e cultural.

Essa formação integral, que é o cerne da ideia de politecnia, mais recentemente tem impactado na legislação educacional, exigindo estudos futuros sobre a arquitetura curricular, a formação docente e o papel a ser exercido pela educação profissional no contexto de uma sociedade em constante transformação.

Um estudo também importante ainda a ser feito é a leitura dos documentos legais procurando compreender em que medida a educação politécnica se insere na perspectiva de uma formação integral articulada à lógica das competências e do desempenho.

**Referências**

**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

BATISTA, Sueli S.S. **Estudo sobre a Escola de Aprendizes Ferroviários da Companhia Paulista em Jundiá nos primeiros anos da República.** Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação, UFMA, São Luís, agosto de 2011. Disponível em: <http://comunicacoesemhe.blogspot.com.br/p/anais.html>. Acesso em 19/03/2016.

BRASIL/SETEC/MEC. **Documento Base: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em 06/06/2016.

COSTA, M. A. **Políticas de Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica: Cenários Contemporâneos.** Tese (doutorado)- Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2012. Disponível em: [http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais\\_2012/GT-08/GT08-006.pdf](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2012/GT-08/GT08-006.pdf). Acesso em 06/06/2016.

COUTINHO, W.C. **Neoliberalismo, política educacional e politécnica: tensões, contradições e possibilidades decorrentes do Decreto n. 5154/04.** Tese (doutorado)- Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [www.bvseps.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=1790](http://www.bvseps.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=1790). Acesso em 10/05/2016.

DELGADO, D. M; GOMES, L.R. **Inovação em política e gestão da Educação Profissional e Tecnológica.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2015. Acesso em 10/05/2016.

DIAS, N.M.G; LIMA FILHO, D..L. **Politécnica ou educação tecnológica: desafios ao Ensino Médio e à educação profissional.** Anais da 27ª reunião anual da ANPEd, Caxambu- MG, 2004 . Disponível em: [http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te\\_domingos\\_leite.pdf](http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_domingos_leite.pdf). Acesso em 09/07/2016.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: Concepções e contradições.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GUIMARÃES, Edilene Rocha. **A formação integral nos discursos pedagógicos oficiais dos anos 2000.** Disponível em: <http://teiaufmg.com.br/wp-content/uploads/2014/07/A-forma%C3%A7%C3%A3o-integral-no-discurso-pedag%C3%B3gico-oficial-dos-anos-2000.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016



**Tendências, Expectativas e Possibilidades no Cenário Contemporâneo em Educação Profissional e Sistemas Produtivos.**

MOURA, D.H; LIMA FILHO, D.L.; SILVA, M.R. **Politecnicia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira.** Revista Brasileira de Educação [online], 2015. Disponível em :<https://observatorioensinomedio.files.wordpress.com/2014/02/silva-lima-filho-e-moura-politecnicia-e-formac3a7c3a3o-integrada.pdf>. Acesso em 01/07/2016.

SALES, P. E. N.; OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas de educação profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas.** Cultura, saberes e práticas. Memórias e História da Educação Profissional. São Paulo: Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/memorias/anais/2010/comunicacoes/palestras/8PTRResumoPaulaPUCMG.pdf> Acesso em: 01/07/2016.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de Politecnicia.** Apresentado durante os trabalhos do "Seminário Choque Teórico", realizado no Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz, nos dias 2, 3 e 4 de dezembro de 1987. Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: [boletimef.org/biblioteca/2972/livro/sobre-a-concepcao-de-politecnicia.pdf](http://boletimef.org/biblioteca/2972/livro/sobre-a-concepcao-de-politecnicia.pdf). Acesso em: 01/07/2016.

SAVIANI, D. **O choque teórico da politecnicia. Trabalho, educação e saúde.** Revista da EPSJV/FIOCRUZ. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, n. 1, p. 131-52, 2003. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r41.pdf>. Acesso em 10/05/2016.